



BANALIZAÇÃO DE UMA CONQUISTA: DEMOCRACIA À LA BOLSONARISMO

Alan Jhonata Marques Moreira – UFU

Grupo de Trabalho: GT 2 – Democracia, Conjuntura Política, Sofrimento e Resistências

RESUMO:

O presente estudo analisa o processo de banalização da democracia no Brasil, enfatizando o fenômeno político do bolsonarismo e seus impactos sobre o Estado Democrático de Direito. A expressão “democracia à la Bolsonaro” é aqui compreendida como um modelo político que, embora mantenha as formalidades institucionais do regime democrático, promove o esvaziamento de sua substância mediante discursos populistas, práticas autoritárias e a instrumentalização da liberdade de expressão como ferramenta de desinformação e polarização social. A pesquisa parte da constatação de que o sistema democrático brasileiro apresenta fragilidades estruturais que o tornam suscetível à erosão e à deslegitimação institucional, sobretudo em contextos de crise e descontentamento popular. Metodologicamente, baseia-se em revisão bibliográfica, análise documental e exame de manifestações públicas e políticas do governo de Jair Bolsonaro, buscando evidenciar o processo de esvaziamento dos valores democráticos. A fundamentação teórica recorre a autores como Levitsky e Ziblatt (2018), Dworkin (2002) e Han (2021), além de análises contemporâneas sobre o fenômeno do *democratic backsliding*. Os resultados apontam que o bolsonarismo converteu direitos fundamentais, especialmente a liberdade de expressão, em instrumentos de desinformação e ataque às instituições. Conclui-se que a banalização da democracia representa ameaça estrutural e duradoura, exigindo respostas institucionais e sociais para reconstruir o pacto democrático e reafirmar os valores de pluralismo, diálogo e respeito às diferenças como fundamentos indispensáveis da vida política no Brasil.

Palavras-chave: Democracia; Banalização; Bolsonarismo; Liberdade de Expressão; Erosão Democrática.

1. INTRODUÇÃO

A democracia representa uma das mais notáveis conquistas civilizatórias da modernidade, um regime concebido para assegurar a soberania popular e todos os direitos fundamentais conquistados no decorrer da história em todas as suas dimensões. Contudo, o cenário político brasileiro recente nos confronta com



um processo silencioso e progressivo de esvaziamento de seus alicerces, um fenômeno que encontrou sua mais forte expressão na ascensão do bolsonarismo. A expressão “democracia à la bolsonarismo” sintetiza um paradoxo de nosso tempo: um governo eleito pelas urnas que, no exercício do poder, se dedica a deslegitimar instituições, relativizar direitos e normalizar discursos autoritários.

O objetivo deste trabalho é, portanto, investigar como o bolsonarismo, amparado por uma retórica populista e antissistema, fomentou a banalização da democracia brasileira, transformando conquistas históricas em meros formalismos. A relevância deste estudo reside na urgência de compreendermos as dinâmicas contemporâneas de erosão democrática e suas graves implicações para o futuro do Estado de Direito em nosso país. Para isso, a análise se debruça sobre os mecanismos discursivos e institucionais que fragilizam a democracia por dentro, não por meio de uma ruptura abrupta, mas pela normalização contínua de práticas iliberais e golpistas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A compreensão do fenômeno da banalização democrática exige revisitar os fundamentos do conceito de democracia. Desde a Grécia Antiga, a democracia se apresenta como “governo do povo, pelo povo e para o povo”, conforme a clássica definição de Lincoln (1863). No Estado Democrático de Direito, ela se consolida pela conjugação da soberania popular com a supremacia da Constituição e a garantia dos direitos fundamentais.

José Afonso da Silva (2001) e Carlos Ari Sundfeld (1998) destacam que a democracia somente se sustenta quando vinculada ao constitucionalismo, à legalidade e à participação popular efetiva. Contudo, a experiência brasileira revela que a formalidade institucional não garante a efetividade democrática. Paulo Bonavides (2007) adverte que a democracia, enquanto expressão da vontade popular, é vulnerável à manipulação e à captura por discursos hegemônicos que distorcem sua essência participativa.

Nesse contexto, o pensamento de Dworkin (2002) oferece importante lente analítica ao conceber os direitos fundamentais como “trunfos” das minorias



frente à maioria. Todavia, sob o bolsonarismo, a liberdade de expressão, um desses trunfos, foi reconfigurada em “trufa”, isto é, usada retoricamente como justificativa para disseminar desinformação e atacar instituições (SAMPAIO, 2015). Essa deturpação do discurso democrático se conecta à ideia de infocracia (HAN, 2021), em que a circulação massiva e descontrolada de informações transforma o debate público em espetáculo, enfraquecendo o espaço racional da política.

A partir dessas referências, o estudo adota a concepção de erosão democrática (*democratic backsliding*), segundo Levitsky e Ziblatt (2018), que descrevem o processo de degradação interna das democracias contemporâneas por meio de líderes eleitos que corroem os freios e contrapesos institucionais.

3. METODOLOGIA

A pesquisa fundamenta-se em abordagem qualitativa, centrada em análise documental e revisão bibliográfica. Foram examinados discursos oficiais, declarações públicas, entrevistas e manifestações de Jair Bolsonaro, bem como reportagens e documentos institucionais relativos a episódios de afronta às instituições democráticas.

O referencial teórico foi construído a partir de autores clássicos e contemporâneos do direito constitucional e da teoria democrática, articulando reflexões sobre constitucionalismo, populismo, liberdade de expressão e processos de desdemocratização. A metodologia permitiu reconstruir criticamente o discurso político bolsonarista e suas estratégias de manipulação simbólica, evidenciando o modo como a linguagem e a comunicação digital atuam como instrumentos de erosão democrática.

4. RESULTADOS/DISCUSSÃO

Os resultados indicam que o bolsonarismo representa um fenômeno político que banaliza a democracia ao esvaziar seu conteúdo normativo. Embora as instituições tenham permanecido formalmente intactas, o discurso presidencial reiterou ataques ao Supremo Tribunal Federal, ao Congresso



Nacional e ao sistema eleitoral, fomentando desconfiança pública e polarização extrema.

O uso estratégico das redes sociais foi fundamental para a difusão de narrativas antissistêmicas e para a consolidação de uma cultura política de intolerância. A liberdade de expressão, concebida como garantia de pluralismo e crítica, foi instrumentalizada como escudo para a disseminação de discursos de ódio e desinformação. Esse processo, analisado por Han (2021) e Arendt (2016), revela a transição de uma esfera pública deliberativa para uma esfera emocional e performática, marcada pela fragmentação e pelo ressentimento.

Além disso, o bolsonarismo produziu um impacto simbólico profundo: ao redefinir o que se entende por “defesa da democracia”, esvaziou o sentido ético e jurídico do termo. O discurso da “vontade do povo” foi mobilizado contra o próprio povo, em nome de um projeto personalista e autoritário. A democracia, assim, foi reduzida a mero procedimento eleitoral, desvinculado da efetividade dos direitos fundamentais e da dignidade humana.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo demonstra que a banalização da democracia no Brasil não foi um acidente de percurso, mas parte de um processo estrutural de degradação do Estado de Direito. O bolsonarismo expôs as feridas abertas de uma sociedade ainda marcada pela desigualdade, pelo autoritarismo e por uma frágil cultura cívica.

A perversão da liberdade de expressão em arma de ataque às instituições revela o perigo de confundirmos democracia com licenciosidade. A preservação do regime democrático exige, portanto, uma resposta coordenada do Estado, da sociedade civil, da academia e da mídia, com o objetivo de reconstruir o espaço público e reafirmar os valores constitucionais.

Concluimos que a democracia não é um bem estático, mas uma conquista que exige vigilância constante. Sua banalização é um alerta sobre a necessidade urgente de fortalecer a educação cívica, o diálogo e o compromisso ético com a verdade, sob o risco de transformarmos nosso regime democrático em uma casca vazia, uma mera formalidade sem alma.



REFERÊNCIAS

ARENDT, H. **Entre o passado e o futuro**. 8. ed. São Paulo: Perspectiva, 2016.

BONAVIDES, P. Democracia direta, a democracia do terceiro milênio. In: RIBEIRO, L. L. G.; BERARDI, L. A. A. (Org.). **Estudos de direito constitucional: homenagem à professora Maria Garcia**. São Paulo: IOB-Thomson, 2007.

CANOTILHO, J. J. G. **Direito constitucional e teoria da Constituição**. 4. ed. Coimbra: Almedina, 1997.

DWORKIN, R. **Levando os direitos a sério**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

HAN, B.-C. **Infocracia: digitalização e a crise da democracia**. Petrópolis: Vozes, 2021.

LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

SAMPAIO, J. A. L. Direitos fundamentais como trunfos da maioria. **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito**, São Leopoldo, v. 7, n. 3, p. 226–234, 2015.

SILVA, J. A. da. **Curso de direito constitucional positivo**. 19. ed. São Paulo: Malheiros, 2001.

SUNDFELD, C. A. V. **Fundamentos de direito público**. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 1998.